

Dina Tatiana Quintero Quintero

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

E-mail:

dina.tatiana.quintero@gmail.com

Sofia Zanforlin

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

E-mail: sofia.zanforlin@ufpe.br



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

Decolonizar a palavra, a imagem e o fazer comunicacional: análise da Ororubá Filmes como uma produção midiática perspectivada

Decolonizing the word, the image and the communication process: analysis of Ororubá Filmes as a prospective media production

Descolonizando la palabra, la imagen y la comunicación: análisis de Ororubá Filmes como perspectiva de producción mediática

Quintero, D. T., & Zanforlin, S. Decolonizar a palavra, a imagem e o fazer comunicacional: análise da Ororubá Filmes como uma produção midiática perspectivada. *Revista Eco-Pós*, 27(3), 156–182. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i3.28371>

RESUMO

O artigo analisa a Ororubá Filmes, coletivo audiovisual da etnia Xucuru do Ororubá, no estado de Pernambuco, advogando a noção de *comunicação perspectivada*. O ponto de partida para a pesquisa situa-se nos processos relacionados à comunicação realizada pela Ororubá e o que ela gera à comunidade. Trabalha-se a partir da perspectiva das epistemologias do sul (Quijano, 1992; Torrico, 2019), bem como a comunicação comunitária brasileira (Peruzzo, 2009; Paiva, 2019). A metodologia adotada parte da etnografia e relaciona técnicas de observação participativa a entrevistas. Como apontamento da pesquisa, observa-se a necessidade de decolonizar a palavra, a imagem e o processo do fazer comunicacional, espelhando-nos no trabalho comunitário realizado pelos povos que praticam a etnocomunicação.

PALAVRAS-CHAVE: *Xucuru do Ororubá; decolonialidade; etnocomunicação; comunicação comunitária; comunicação perspectivada.*

ABSTRACT

The article analyzes Ororubá Filmes, an audiovisual collective from the Xucuru do Ororubá ethnic group, in the state of Pernambuco, advocating the notion of perspective communication. The starting point for the research lies in the processes related to the communication carried out by Ororubá and what it generates for the community. It works from the perspective of southern epistemologies (Quijano, 1992; Torrico, 2019), as well as Brazilian community communication (Peruzzo, 2009; Paiva, 2019). The methodology adopted is based on ethnography and relates participatory observation techniques to interviews. As a research note, there is a need to decolonize the word, the image and the process of communication, mirroring the community work carried out by people who practice ethnocommunication.

KEYWORDS: *Xucuru do Ororubá; decoloniality; ethnocommunication; community communication; perspective communication.*

RESUMEN

El artículo analiza Ororubá Filmes, colectivo audiovisual de la etnia Xucuru do Ororubá, en el estado de Pernambuco, defendiendo la noción de comunicación en perspectiva. El punto de partida de la investigación radica en los procesos relacionados con la comunicación que realiza Ororubá y lo que genera para la comunidad. Trabaja desde la perspectiva de las epistemologías del sur (Quijano, 1992; Torrico, 2019), así como de la comunicación comunitaria brasileña (Peruzzo, 2009; Paiva, 2019). La metodología adoptada se basa en la etnografía y relaciona técnicas de observación participativa con entrevistas. Como nota de investigación, existe la necesidad de descolonizar la palabra, la imagen y el proceso de comunicación, reflejando el trabajo comunitario realizado por personas que practican la etnocomunicación.

PALABRAS CLAVE: *Xucuru do Ororubá; decolonialidad; etnocomunicación; comunicación comunitaria; comunicación perspectivada.*

Submetido em 22 de julho de 2024.
Aceito em 11 de novembro de 2024.

Introdução

Nas últimas décadas, o movimento sociopolítico do povo Xukuru do Ororubá tem se articulado de forma consistente, repercutindo em nível nacional e internacional, à medida em que promove os direitos comunitários. Anualmente, se realiza a Assembleia Xukuru do Ororubá, que se destina a ser espaço de debate, criação de estratégias políticas, acolhimento e, ao mesmo tempo, conexão com o sagrado, entre os membros da comunidade situada no município de Pesqueira, no agreste pernambucano. Em 2018, pela primeira vez, a assembleia era transmitida por meio de aparato audiovisual pelo canal de *Youtube*,¹ uma das redes sociais da Ororubá Filmes, braço comunicacional da comunidade. A transmissão assegurava a quem, por diversas razões, não podia se fazer presente, que nenhum detalhe do que era discutido seria perdido; paralelamente, abria-se à comunidade externa para que fosse possível entender e multiplicar os discursos ali tecidos.

O evento foi um divisor de águas, tanto no que diz respeito ao uso, primeiro, da comunicação, quanto das tecnologias, que não apresentavam inovações no quesito técnico, mas que através da simples disposição de uma janela de exibição pareciam fazer toda a diferença: abria-se dessa forma uma possibilidade de aproximação e sensibilização da sociedade aos temas urgentes dos povos indígenas. Daí, um questionamento faz-se necessário: quais são os processos que geram essa comunicação que vem sendo realizada na e pela comunidade indígena Xukuru do Ororubá? Tal inquietação converteu-se no problema que daria o pontapé à pesquisa desenvolvida nos anos seguintes no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, e, para chegar mais perto desse entendimento, foi preciso atentar-se a caminhos diversos, como: 1) apontar o valor desse tipo de comunicação comunitária; 2) investigar as transformações na visão dos sujeitos da comunidade acerca de como estão sendo representados; e 3) apontar o grau de envolvimento da comunidade com o projeto e os desdobramentos emancipatórios provenientes dessa relação em termos educativos e sociopolíticos.

Todos os povos indígenas têm suas especificidades e diversidades, e alertamos que a procura de sínteses dentro de linhas tão ricas e plurais não podem ser demarcadas com facilidade, precisamente por sua heterogeneidade. Com esse objetivo, adotamos na pesquisa, abordagem qualitativa que resultaria em uma análise crítica do processo e dos resultados. Este

¹ 20^ª Assembleia Xukurú do Ororubá – *Limolaygo Toype: fica a Esperança, a luta não vai parar*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O4I4eXF6pEg>. Acesso em: 10 nov. 2024.

artigo, portanto, se desenvolve no marco de uma etnografia. Dentre os métodos correlatos utilizados, destacamos três eixos: 1) observação direta; 2) observação participativa; e 3) entrevista estruturada. Dessa forma, a tarefa de compreender a complexidade e singularidade que o povo Xukuru do Ororubá carrega no seu entendimento e desenvolvimento sobre uma mídia própria, nos levou à necessidade de aplicar diferentes técnicas metodológicas com o objetivo de proporcionar a diversificação de pontos de vista, experiências e ângulos sobre determinadas situações.

Como amparo para as discussões teóricas, tomamos como base tanto o conceito como o movimento de decolonialidade (Quijano, 1992). Entendemos que a dinâmica relacional da colonialidade nos coloca num estado de *colonização do imaginário dos dominados*, sendo imprescindível direcionar a atenção para analisar, romper e ser propositivos, para que, assim, conhecimentos próprios a partir do sul sejam criados. As epistemologias do sul (Boaventura, 2019)² trazem uma análise apropriada para a relação do que é trabalhado dentro de um modo singular de fazer comunicação nos moldes do conceito da *comunicação perspectivada*. Encontramos no resgate histórico da origem e a importância da comunicação comunitária como ferramenta de luta e resistência das camadas sociais que foram submetidas à subalternização, além de terem sido historicamente sub-representadas pelas mídias hegemônicas com discursos não condizentes com suas realidades. Em meio a um cenário de extrema violência, observar e apresentar o trabalho da Ororubá Filmes, faz-nos apostar que estamos a viver uma primavera da comunicação popular.

1 Nossas raízes sempre foram coletivas: falando da comunicação comunitária à etnocomunicação

A comunicação comunitária é, de acordo com a professora e pesquisadora Cicilia Peruzzo (2008), “aquela desenvolvida de forma democrática por grupos subalternos³ em

² Nota: É preciso deixar registrado (também como documento histórico) que repudiamos os atos de assédio sexual e abuso de poder por parte do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, denunciados por parte de ex-alunas e orientandas, que foram conhecidos no passado mês de abril de 2023. Dando agravamento à situação, o exercício de comportamentos que em seus próprios escritos o autor critica. Acreditamos que a dor de um ato de violência se torna ainda mais profunda quando cai no esquecimento, porque o esquecimento implica uma ausência de justiça, de reflexão e de transformação. Por enquanto, ainda o utilizaremos enquanto referência, mas refletimos sobre essa postura.

³ Na citação de 2008, Cicilia Peruzzo ainda utilizava o termo *subalternos* para se referir a grupos marginalizados nas estruturas sociais. A partir de 2018, no seu artigo *Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web*, da revista *Matrizes*, passou a adotar *subalternizados*, sublinhando a natureza processual e ativa da subordinação. Essa escolha reflete a compreensão de que a subalternização resulta de processos históricos e sociais de exclusão e opressão, e não de uma condição

comunidades, bairros, espaços on-line, por exemplo, segundo seus interesses, necessidades e capacidades. É feita pela e para a comunidade” (Peruzzo, 2008a, p.2). A comunicação comunitária tem sido utilizada estrategicamente por várias categorias de movimentos sociais na reivindicação de direitos, na promoção da cidadania e na transformação social, além de estar “cumprindo importante papel na democratização da comunicação e da sociedade”. (Peruzzo, 2009, p.41). Trata-se de uma comunicação que possui dimensão política, educativa, popular e participativa, estabelecendo uma verdadeira disputa de sentidos com os grandes meios de comunicação. Para a socióloga indigenista Elisa Garcia Mingo (2016), “Os povos indígenas, como os movimentos sociais, têm posto em crise as formas de organização social, o pensamento e a sensibilidade da modernidade mestiça” (Mingo, 2016, p. 125, tradução nossa)⁴. Peruzzo revela a importância do exercício do direito à comunicação na promoção da cidadania: “A cidadania avança na medida da consciência do direito a se ter o direito à comunicação e da capacidade de ação e articulação daqueles a quem ela se destina.” (Peruzzo, 2009, p. 42).

Quando olhamos para os contornos da mídia verifica-se alinhamento ao contexto socioeconômico soberano, ou seja, o contexto do neoliberalismo. Tal cenário tem por característica a tendência de isolar e descentralizar cada vez mais a responsabilidade social, gerando a figura do “indivíduo-cidadão” (Paiva; Sodré, 2019, p. 3), instrumento de si e principal culpado pelos respectivos sucessos e fracassos que venha a experimentar.

A prática da comunicação de viés comunitário, considerando sua natureza necessariamente política, se destaca como alternativa viável de oposição à hegemonia da mídia de massa convencional. Isso se dá principalmente porque a comunicação comunitária não opera sob a mesma lógica de interesses comerciais e gestão comercial que operam os veículos da grande mídia, se constitui como projeto social e tem objetivos voltados ao bem comum, partindo de estratégias que não se embasam numa rentabilidade mercadológica. A perspectiva comunicacional das iniciativas comunitárias envolve a preocupação com a relativa qualidade das condições de vida da população, que participa ativamente na produção, circulação e particularidade. O círculo de consumismo da mídia hegemônica não é alimentado aqui, há outras prioridades, dentre elas a função educacional, visando o fortalecimento dos povos. O

essencial ou fixa. *Subalternizados* indica, assim, uma situação imposta e potencialmente reversível, ressaltando a possibilidade de transformação dessa condição estrutural.

⁴ No original: “Los Pueblos Indígenas, en tanto que movimientos sociales, han puesto en crisis las formas de organización social, el pensamiento y en la sensibilidad de la modernidad criolla.”

desenvolvimento da população da comunidade passa a ser a principal busca desse esquema de comunicação.

Como a produção é realizada de maneira autogestionada, feita pelo povo, podemos falar em expressão ativa da comunicação, ou seja, o sujeito participa ativamente dos processos comunicacionais que o envolvem, produzindo novos sentidos e reivindicando sua própria identidade. Isso apontaria a teses políticas no sentido de quebra de manutenção de padrões coletivos, promovendo transformações sociais profundas.

Na década de 1990, o direito à Comunicação torna-se oficialmente demanda dos povos indígenas (Márquez, 2019) que começam gradualmente a enxergar nas mídias alternativas e comunitárias um meio de contornar a invisibilidade imposta pelos meios de comunicação hegemônicos; uma oportunidade palpável e efetiva para comunicar suas demandas e, simultaneamente, conquistar cidadania.

A violência da representação levada a cabo pelos meios de comunicação e a necessidade de contar com espaços próprios de enunciação, fizeram com que o acesso a esses meios se convertesse em demanda. Nela, a exigência do respeito à diversidade cultural e à gestão da especificidade se somaram a outras demandas de ordem econômica e material. (Márquez, 2019, tradução nossa)⁵.

Assim, a comunicação indígena floresce a partir da comunicação comunitária na necessidade própria de um audiovisual contextualizado. Isso quer dizer que, caminhando na mesma direção empreendida pela comunicação comunitária sobre a reivindicação de direitos, democratização e sua própria consolidação enquanto ferramenta de luta, a comunicação decolonial e ancestral demanda particularidades tanto nos processos de concepção como de execução. Entende assim a importância da autonomia de falar em sua língua, de poder representar o mundo em nome próprio, à sua medida e à sua imagem, e não representadas a partir da ideia do colonizador.

A história da comunicação indígena na Abya Yala⁶, no Nupirau⁷ ou, simplesmente, na América Latina, é uma história de decolonização da imagem, da linguagem audiovisual e dos

⁵ No original: *La violencia de la representación llevada a cabo por los medios y la necesidad de contar con espacios propios de enunciación, hicieron que el acceso a los medios de comunicación se convirtiera en una demanda de los pueblos y nacionalidades indígenas en un contexto en el que la exigencia del respecto a la diversidad cultural y la gestión de la especificidad étnica se sumaron a otras demandas de orden económico y material.* (Márquez, 2019, p. 167).

⁶ Denominação da América Latina pelo movimento panindígena latinoamericano. Na língua Kuna significa: *Terra em plena maturidade.*

processos em si. A tarefa direta ou indiretamente é, de forma paulatina, dar fim ao regime de dominação audiovisual imposto pela colonização, que se moldou forçadamente com olhares, vozes e perspectivas unilaterais, e hoje, esses relatos estão sendo desconstruídos pelos próprios sujeitos representados.

Esse tipo de comunicação somente tem possibilidade de acontecer e alcançar seus objetivos a partir de processos étnicos singulares — processos que se fundam desde a categoria da etnicidade. Tal categoria é a base filosófica para uma reivindicação por uma identidade distinta, que não se adequa ou se rende a homogeneização imposta pelo estado-nação que compreende aquele território geográfico. De maneira relacional, o reconhecimento dessa identidade assume também a necessidade de uma organização social e cultural distinta, pois aquela homogeneizada não serve a seus interesses específicos. Uma vez que esse povo se enxerga enquanto identidade distinta, que se organiza de maneira distinta, se estabelece naturalmente a demanda por território, que dentro das fronteiras de um estado-nação, não obedece a sua organização sociocultural e reivindica seus direitos étnicos legítimos.

A etnocomunicação é a aplicação desses processos étnicos de maneira integrada e articulada entre o movimento indígena, que guardadas as diferenças, enxergam uns nos outros interesses compartilhados, um passado de resistência e a constante luta por reconhecimento. A esses fenômenos, compreende a etnogênese, que agrega todas as divergências de interesse, tendo como base os processos comuns a todos os movimentos de luta indígena e uma assumida identificação compartilhada. (Costa; Santi, 2016).

O reconhecimento da identidade do movimento indígena é um processo de luta excepcionalmente árduo, pois um dos direitos específicos legitimamente reclamados é o direito ao território, que é demasiadamente custoso a um estado-nação nos moldes ocidentais. Nessa lógica, o território indígena passa a ser um adversário dentro de suas próprias fronteiras, que se organiza a partir de outros parâmetros de desenvolvimento e reclama pela livre exploração ou preservação dos recursos ali presentes.

A etnogênese praticada pelo movimento indígena do Brasil marca uma importante integração de diferentes povos no que diz respeito às lutas por direitos. Uma luta que evolui seu discurso até abarcar todos os distintos interesses que a compõem, ação que possibilita uma

⁷ Denominação da América Latina na língua Muyska, significa: *Por onde tem grandeza e abundância de água que se expande pelas raízes.*

articulação nacional de um país continental como o Brasil, para um movimento de denúncia e reivindicações como o Acampamento Terra Livre (ATL), que acontece anualmente em Brasília desde 2004. Nesse cenário, é possível enunciar um “movimento dos povos indígenas” que se articula a partir de fenômenos da etnogênese e que se comunica entre si e para os não indígenas, numa linguagem própria da etnocomunicação, linguagem que, cada vez mais, se expressa sem ruídos ou interferências externas das mídias hegemônicas ocidentais.

Por isso, ao utilizar uma matriz epistemológica própria, desvinculada do imaginário ocidental, vê-se raiar um singular modelo de comunicação na forma cultural dos povos indígenas: a etnocomunicação. Tais produções colaboram para a erradicação da mentalidade extrativista, reduzindo a probabilidade de apropriação e o apagamento dos saberes tradicionais aos quais os povos indígenas foram submetidos ao longo do tempo, tanto pela academia como pela mídia tradicional, que acabam descontextualizando e despolitizando tais conhecimentos.

O conceito de etnocomunicação, conforme aplicado pelos pesquisadores Bryan da Costa e Vilso Santi (2016), demarca os *princípios gerais da etnocomunicação praticada pelo Movimento dos Povos Indígenas por meio de três pilares: a) Etnicidade como componente essencial; b) Territorialidade como elemento regulador; e c) Reconhecimento como fim (primeiro e último).*

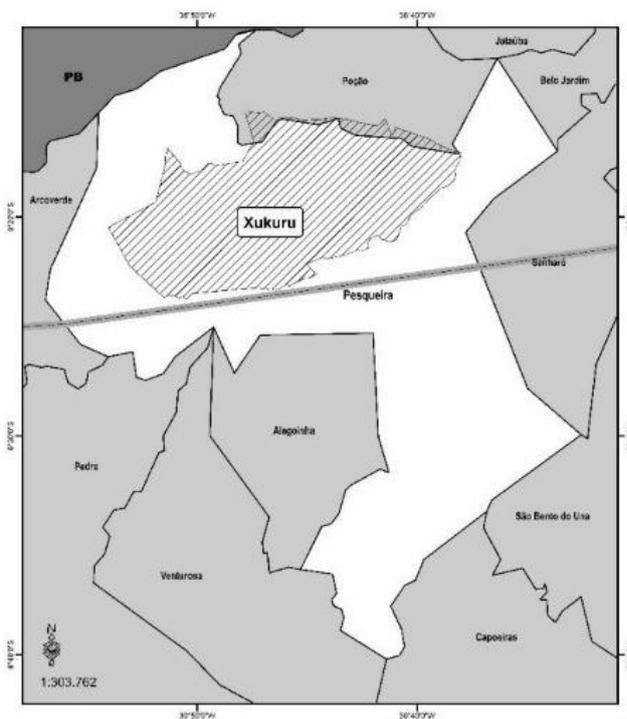
A etnocomunicação, nessa perspectiva, apresenta-se como alicerce do processo de construção, não só de uma identidade, mas de uma matriz de identificação compartilhada, baseada em tradições culturais preexistentes ou (re)construídas — fundamentais para sustentar as ações coletivas. A comunicação praticada pelos Povos Indígenas e seu Movimento é, portanto, filosoficamente orientada, geograficamente localizada e politicamente útil — para o estabelecimento de um novo indivíduo, disposto a demonstrar-se como índio e ser reconhecido como tal. (Costa; Santi, 2016, p. 16).

O indígena que reivindica sua identidade distinta, que exige uma organização sociocultural distinta, que reclama por território, se trata de um novo sujeito político, com interesses subjetivos e coletivos, que se comunica de maneira alternativa, na contramão da aculturação e homogeneização cultural, e que resiste ao extermínio e luta por seus direitos. A etnocomunicação é um elemento imprescindível da etnogênese, traz visibilidade a esse sujeito indígena que se expressa e se reafirma por meio dela. É a partir dessa delimitação de *etnocomunicação* que reivindicamos a aplicação da ideia de *comunicação perspectivada*, que veremos mais à frente.

2 Povo indígena Xukuru do Ororubá e a Ororubá filmes

O povo indígena Xukuru do Ororubá está localizado na zona rural do agreste pernambucano, no município de Pesqueira e parte de Poção. O Território Sagrado da Serra do Ororubá está a 215 quilômetros de distância do município de Recife, capital do estado. Segundo dados da Fundação Nacional da Saúde, seção do Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (Funasa/Siasi)⁸, a etnia conta com aproximadamente 12 (doze) mil indígenas divididos em 24 (vinte e quatro) aldeias, além dos não aldeados, que moram na cidade de Pesqueira, sobretudo no bairro *Xukurus*, ou ainda em outras cidades no mesmo estado ou até mesmo fora dele. A demarcação do território atualmente conta com 27.555 (vinte e sete mil e quinhentos e cinquenta e cinco) hectares, iniciada na segunda metade do século XX e homologada em 2001. A Figura 1 apresenta o mapa de localização do povo Xukuru do Ororubá em Pernambuco.

Figura 1 – Mapa de localização do povo Xukuru do Ororubá em Pernambuco



Fonte: Araújo, 2021.

⁸ Para mais informações acessar o link: <http://www.funasa.gov.br/>. Acessado em: 10 de abr. 2024.

O povo Xukuru do Ororubá trava uma luta histórica contra o extermínio da sua cultura e comunidade desde a colonização, por parte de Portugal, à extensão territorial do nordeste do Brasil, que começa em 1654 “quando o rei de Portugal fez doações de grandes sesmarias de terras a senhores de engenho do litoral para criação de gado” (Silva, 2011, p. 90). A partir disso, a prática de hostilização empreendida pelos novos fazendeiros que chegavam constantemente na região foi se intensificando, espalhando-se assim as lutas e mobilizações da comunidade indígena. A mobilização coletiva desse povo, diante de tantas atrocidades e em prol da resistência, se converteu em agenda fixa, registrando diferentes formas de reivindicação ao decorrer da sua história.

O Cacique Francisco de Assis Araújo, mais conhecido como *Cacique Xikão* ou *Mandaru*, se converte na maior liderança para o povo da Serra do Ororubá, foi através da sua visão, articulação política e organização social, que a etnia, progressivamente, torna-se uma referência a nível nacional. Em 1980, cresce a visibilidade do povo Xukuru e do Cacique Xikão, momento em que, ocupando a posição de liderança de vice-cacicado, participa, pela primeira vez, da campanha da constituinte. Sua presença tem o objetivo de garantir a inclusão dos direitos dos povos originários e as reivindicações na nova constituição, que viria a ser lançada posteriormente em 1988, ano em que é eleito Cacique do Povo Xukuru do Ororubá. Um ano depois, em 1989, foi iniciado o processo jurídico da demarcação do Território Sagrado, na Procuradoria da República do estado, processo liderado também pelo Cacique Xikão, desatado pela venda de terreno subsequente à Serra do Ororubá para Agropecuária Vale do Ipojuca S.A. (Neves, 2005), e que teria conclusão apenas em 2021, como foi acima mencionado.

Em 20 de maio de 1998, o Cacique Xikão sofre um atentado em Pesqueira, no bairro Xukurus, após ser constantemente ameaçado pelos fazendeiros da região, incomodados com o movimento político levantado. O assassinato da liderança causa comoção a nível internacional. Assim, o Cacique é *plantado*⁹ pelo seu povo na aldeia Pedra D'Água, e a cada ano é homenageado dentro das Assembleias do Povo Xukuru numa caminhada feita pela etnia inteira, desde a Aldeia São José, no Território Sagrado, até o bairro Xukurus na periferia da cidade de Pesqueira, no *Ritual do Manifesto*. O forte legado do Cacique Xikão Xukuru na comunidade pode ser observado na estrutura da organização política, projeto ao qual, junto com o Pajé Zequinha, dedicou a maior parte de sua vida.

⁹ Para os Xukuru do Ororubá, o “Cacique *Xikão* está plantado, não enterrado, para que dele nasçam novos guerreiros” (Araújo, 2000, p. 78). Essa expressão foi utilizada por Dona Zenilda, esposa do líder, durante o funeral.

O atual Cacique, Marcos Luidson de Araújo, mais conhecido como *Cacique Marquinhos Xukuru*, assumiu, nos anos 2000, a liderança com apenas 21 anos de idade, após o assassinato do seu pai, o Cacique Xikão. Dando continuidade ao projeto de luta e resistência do povo Xukuru do Ororubá, Cacique Marquinhos se torna uma referência contemporânea internacional na luta dos povos, principalmente após levar o Brasil ao banco dos réus na Corte Interamericana de Direitos Humanos na Guatemala, pela violação aos direitos humanos do povo Xukuru, ganhando a sentença em 2018¹⁰. Além de ter se tornado, em 2020, prefeito do município de Pesqueira em 2020 e assessor especial do Ministério dos Povos Indígenas em 2023.

Para chegar à instância do processo em que se encontra, o trajeto percorrido foi longo, difícil e doloroso, exigindo, ainda hoje, atenção e muita força. O diretor pernambucano Nilton Pereira produziu, em 1996, um documentário por meio da TV Viva e do Centro de Cultura Luiz Freire¹¹, em que apresenta uma importante entrevista do Cacique Xikão. Nela, comenta sobre o povo Xukuru do Ororubá, sua cultura e sobre a luta que travavam na época em prol da demarcação das terras, denunciando também as ameaças que eram feitas contra sua vida. Trazemos um dos trechos mais significativos da fala do Cacique para começarmos a entender, a partir de sua ancestralidade, onde a Ororubá Filmes se funda. A juventude abraça a missão dada a eles.

Todo movimento de organização que a gente faz a partir da terra, educação, subsistência e saúde é na perspectiva de que no futuro, quando eu morrer ou os mais velhos aqui morrerem, as crianças que vêm chegando, elas tomem conta desse processo; não deixar isso cair, não deixar isso morrer, que continue porque o trabalho dele também vai ser a preparação do futuro do outro, os filhos dele, da outra geração que vai vir pela frente, então a preocupação nossa não é no momento atual e sim no futuro, porque nós pode fazer a nossa viagem eterna, mas as nossas crianças, os nossos, netos, filhos, eles precisam viver nessa terra e é preciso que a gente comece a prepará-los desde agora para eles irem acompanhando e deem seguimento e assim por diante. (Xikão Xukuru, 1996, 9'58'').

Dessa geração de crianças e adolescentes que aprenderam os direcionamentos e a missão com o Cacique Xikão e as demais lideranças, e que viveram de perto os desafortunados acontecimentos de violência por parte dos fazendeiros para com o seu povo, é que nasce o

¹⁰ A informação do caso na íntegra pode ser lida no link de Cimi- <http://www.cimi.org.br>. Acessada em: 10 abr. 2024.

¹¹ O documentário pode ser encontrado pela plataforma do YouTube com o nome *Xikão Xukuru* (Duração de 20 minutos e 15 segundos) no canal da Tv Viva ou ainda diretamente no link: <https://www.youtube.com/watch?v=IMCzb0eLY7g>. Acessado em: 20 abr. 2024.

coletivo audiovisual da serra do Ororubá. É essa geração que se converteu em lideranças indígenas e que desde 2008 constrói o veículo comunicacional do povo Xukuru que hoje conhecemos como a Ororubá Filmes, além de conformar outras instâncias de organização dentro da comunidade. Entre eles, encontramos: Diego, Micaele, Kleber, Ruan, Guila, Everton, e outros. Essa iniciativa audiovisual nasceu para envolver os jovens dentro das questões sociais de seu povo. Hoje, toda a produção midiática do coletivo é realizada majoritariamente pela própria juventude, que produz filmes documentários que circulam em Festivais e Cineclubes, também como conteúdo audiovisual para redes sociais, transmissões ao vivo de Assembleias e diversos vídeos realizados a partir de mobilizações, atos culturais, entre outras atividades ligadas à luta da etnia. Diego Xukuru, que fez parte da fundação e, até hoje, se mantém ativo na produção da Ororubá filmes, conta em entrevista como foi o processo de início do coletivo audiovisual:

Em 2008, cento e vinte jovens teve [sic] o curso de audiovisual realizado pela Cabra Quente Filmes aqui, onde a gente ganhou, é, equipamento de audiovisual como câmera, computador de última geração da época, é, tripé, boom, e a gente foi capacitado. Na oficina a gente teve aula de roteiro, edição, direção, produção, câmera e áudio. Quando acabou a oficina, depois de seis meses, a gente lançou três documentários, que foi produto da oficina, que já era contando a história no nosso povo. Um sobre a religiosidade, outro sobre a criminalidade dentro do povo, que a gente sofria né, o processo de criminalização, e outro sobre a história da aldeia Cimbres. Após os seis meses de curso, após apresentação dos vídeos, a gente iniciou, a gente começou a registrar as nossas assembleias, rituais que tinha dentro do povo, os momentos do povo, criando arquivos de imagem e de história do nosso próprio povo. A gente também passou a visitar outras aldeias e registrar eventos também em outras aldeias, usando do audiovisual como ferramenta de luta também para o povo. E a gente, através do audiovisual, a gente registrava a nossa história, apresentava em outras aldeias, é [...]. Naquele tempo não era muito forte rede social, mas a gente criava os DVDs pra [sic] distribuir pra os parceiros que vinham. A gente usava e usa ainda o audiovisual como, é, uma ferramenta também de divulgar um pouco da nossa história né? Divulgar a verdade da nossa história. Eu não lembro de todos os nomes, assim, de jovens que tinham, que participaram nas aldeias. Mas quando a gente criou Ororubá Filmes, a ideia era essa mesmo. A meta era registrar a história do nosso povo, dos mais velhos, deixar registrado toda a sabedoria deles, assim. Inclusive rituais né? A gente filmava a busca da lenha, a gente filmava eventos dentro da aldeia como forma de impulsionar a nossa luta. (Diego Xukuru, entrevista semiestruturada, 2023).

O povo indígena Xukuru do Ororubá possui um canal no YouTube,¹² o *Ororubá Filmes*

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/@ororubafilmes1397>. Acesso em: 10 nov. 2024.

com 5,5 mil inscritos, uma página homônima no Facebook¹³, com cerca de 8,8 mil curtidas e 9,8 mil seguidores, o Instagram¹⁴ com 12,2 mil seguidores e um podcast, o “*Ororubá Cast: um sinal de fumaça do povo Xukuru*”¹⁵, uma imagem metafórica que atualiza o sinal de fumaça como símbolo da comunicação indígena. Para os membros da comunidade, o objetivo dessa produção é realizar uma comunicação própria que envolva a população e transmita a perspectiva do povo Xukuru sobre fatos, atividades e cultura. A ideia é que os povos tradicionais possam se comunicar sem interlocutores externos, uma estratégia vital para visibilizar direitos, ampliar as vozes e fazer resistência e enfrentamento ao monopólio da mídia hegemônica, colaborando no processo de descolonização do olhar ocidental sobre estes povos. Tal gesto colabora com a expansão da multiplicidade de discursos e visões de mundo, além de colaborar para a autorrepresentação dos sujeitos, a defesa da autonomia e a autogestão das redes locais de comunicação. Com isso, a Ororubá Filmes mantém o slogan: *utilizando o que tem de moderno para fortalecer o que tem de ancestral*.

Hoje a Ororubá Filmes tem uma missão muito grande né? Além de a gente externar toda nossa luta e nossa organização, a gente vai, a gente faz parte de diversos setores da nossa organização aqui. A gente tá [sic] dentro do grupo de jovens, a gente tá dentro do conselho de saúde, sabe? A gente faz parte do registro da educação também. A gente também tem hoje a Ororubá Filmes como um, é, instrumento de estudo também, até das escolas né? Uma vez a gente distribuiu *pen drives* com todos os vídeos produzidos pela Ororubá Filmes pra ser [sic] apresentado e discutido nas escolas. Ajudando a fortalecer essa educação específica e diferenciada, mostrando nossa cultura, suas tradições e a história do povo né, pra [sic] fazer com que cada aluno, é, de uma forma mais didática assim, aprenda mais sobre seu povo. Além disso, a Assembleia, por exemplo, além de quando, na pandemia, a gente não deixou a Assembleia parada, a gente fez a live da Assembleia né? A gente fez a Assembleia em Cimbres em forma de live, pra [sic] que a gente não deixasse de discutir as ações dentro do nosso povo. Hoje também, a Assembleia, mesmo presencial, nós vamos também estar transmitindo pra [sic] quem não puder tá presente presencialmente na nossa Assembleia do Povo Xucuru, a gente vai tá transmitindo pra tá assistindo de casa. E, pra além disso, além do audiovisual, a gente consegue criar vínculos de amizade em vários setores de comunicação, conseguindo assim também outros modos de divulgação de nossa luta, sabe? É, desmanchar preconceitos que são estabelecidas dentro dos meios de comunicações. Assim como eu, por exemplo, tive na Conferência de Jornalismo Plural em Recife, onde lá eu conheci vários jornalistas plurais, de várias

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/OrorubaFilmes>. Acesso em: 10 nov. 2024.

¹⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/ororuba_filmes/. Acesso em: 10 nov. 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2qF8Gik6FBegPg3UCSrFeF?si=464f7fd3001744e8>. Acesso em: 10 nov. 2024.

comunidades, de quilombola, de favela, rádios amadoras, onde a gente pôde discutir também muito disso assim sabe? E um ajudar o outro a resistir né, a persistir nessa [...] Nessa luta de cinegrafia, de [...] De audiovisual dentro das comunidades. (Diego Xukuru, entrevista semiestruturada, 2023).

A prática nas escolas que Diego Xukuru explana no comentário anterior, exemplifica o trabalho em favor da decolonização da palavra e da imagem, promovendo dentro da própria comunidade debates e discursos sobre as cosmovisões pertencentes ao povo indígena e enfatizando suas particularidades como a *educação específica e diferenciada*, cumprindo, pelo menos, dois objetivos: utilizar os conhecimentos ancestrais que servem aos objetivos de luta, isto é, empoderar a população desde a tenra idade com reafirmação identitária para garantir a força da luta no futuro, e impulsionar a formulação coletiva de discursos midiáticos, ou seja, a geração de discursos comuns que serão proclamados dentro, mas, principalmente, fora do território.

Na atualidade, o público-alvo, além de nossos próprios estudantes, são [...] É usar mesmo como fonte de pesquisa, sabe? Pra [sic] outras pessoas que precisarem entender sobre o nosso povo, e também como, é [...] Desmanchar um pouco do preconceito do que a luta indígena, a luta do povo do Nordeste né, a luta do povo Xukuru. Através do audiovisual e do, do cinema, a gente consegue isso, alcançar de outras formas essas pessoas e tirar esses preconceitos assim. (Diego Xukuru, entrevista semiestruturada, 2023).

Quando falamos sobre ser um exemplo bem-sucedido de mídia indígena e iniciativa de comunicação comunitária, em parte nos referimos ao fato deste ser um projeto que produz audiovisual desde 2008 e que ainda se mantém em atividade, tomando proporções maiores a cada dia. Sabemos que manter funcionando um coletivo audiovisual com recursos próprios não é uma tarefa fácil. É por isso que se torna tão importante o estudo científico e institucional destas temáticas emergentes, para reivindicar diante dos setores culturais governamentais o emprego de políticas sociais que promovam e incentivem este tipo de projeto, possibilitando que seja replicado nas diferentes etnias do estado e do território nacional.

3 A Ororubá Filmes no campo

A metodologia escolhida para esta pesquisa qualitativa foi o desenvolvimento de uma etnografia. Dentre os métodos correlatos, foram aplicados: 1) observação direta; 2) observação participativa; 3) entrevista estruturada; 4) entrevista semiestruturada; 5) grupo de discussão;

e 6) classificação de temática de conteúdo. Neste artigo relacionaremos três destes métodos: observação direta, observação participativa e entrevista semiestruturada.

De forma simplificada, apresento uma relação das atividades que participei dentro do trabalho de campo com a Ororubá Filmes e/ou a comunidade Xukuru do Ororubá, o lugar onde foram desenvolvidas as ações e os métodos correlatos utilizados em cada uma delas, condicionando a organização à data de realização.

Tabela 1 – Listagem das atividades de campo realizadas e os métodos correlatos aplicados

Data	Atividade	Lugar	Método correlato
Junho de 2021 e agosto de 2022	Canal de <i>Youtube</i> da Ororubá Filmes	Plataforma - Ambiente digital	Classificação temática de conteúdo
10 a 13 de março de 2022	I Mostra de Cinema Indígena <i>Cine Comunaty</i>	Aldeia Fulni-ô – Águas Belas	Observação direta
26 de março de 2022	10 anos da Poyá Limolaygo – Juventude do Povo Xukuru do Ororubá	Escola Ororubá – Aldeia Cana Brava – Território Xukuru do Ororubá	Observação participativa
4 a 14 de abril de 2022	18º Acampamento Terra Livre (ATL)	Centro Ibero-americano de Culturas Brasília	Observação participativa
17 a 20 de maio de 2022	22º Assembleia Xukuru do Ororubá	Território Sagrado Xukuru do Ororubá	Observação participativa
3 a 5 de junho de 2022	Visita à comunidade Xukuru do Ororubá	Território Sagrado Xukuru do Ororubá	Entrevista Estruturada
Janeiro de 2023	Visita à Ororubá Filmes	Território Sagrado Xukuru do Ororubá	Entrevista Semiestruturada

Fonte: Elaborado pela autora.

Tentar compreender a complexidade e singularidade que o povo Xukuru do Ororubá carrega no seu entendimento e desenvolvimento de mídia nos levou à necessidade de aplicar diferentes técnicas que puderam me proporcionar pontos de vista, experiências e ângulos diversos sobre determinadas situações.

3.1 A 22ª Assembleia Xukuru do Ororubá: *Decolonizando as Mentes, Aldeando o Planeta*

A assembleia Xukuru do Ororubá acontece anualmente desde 1998, data em que o Cacique Xikão foi plantado na aldeia Pedra D'Água. Iniciando sempre no dia 17 de maio e terminando no dia 20 de maio, o evento se torna a instância de organização, troca e produção de conhecimento mais importante para a etnia, sendo aberto à participação de outras etnias e de pessoas não indígenas. É o ritual mais conhecido do povo da Serra do Ororubá. As assembleias foram feitas sempre de forma presencial e com um roteiro pré-definido, começando com o ritual de abertura e terminando com a marcha pela cidade de Pesqueira até o bairro Xucurus.

A Ororubá Filmes geralmente concedia o suporte técnico-audiovisual para as atividades internas da assembleia, mas, a partir de 2019, começaram também a fazer as transmissões na íntegra para que qualquer pessoa com acesso à internet pudesse assistir, mesmo nos lugares mais remotos possíveis. Nos anos de 2020, 2021 e 2022, em decorrência da Covid-19, o conselho de lideranças, junto com a comunidade, viu-se obrigado a adotar uma outra dinâmica para que a realização da assembleia pudesse acontecer de forma a deixar a população da comunidade Xukuru fora de risco. Os Xucurus já vinham inclusive adotando medidas rigorosas para o combate e disseminação do vírus. Foi decidido então que, em 2020, a assembleia se transmitiria integralmente remota.

A Ororubá Filmes já acumulava alguma experiência nesse sentido, mas nunca tinha transmitido uma assembleia por completo. Essa experiência fez com que a Ororubá Filmes se entrosasse por completo com as demandas da comunidade. Uma vez encarregados da organização, produção e logística do evento, terminaram profundamente envolvidos com as demandas da coletividade; não que nas versões anteriores não houvesse essa integração, mas sobre essa ocasião, Diego relata a aquisição de um conhecimento íntimo dos detalhes. Em 2021, a demanda foi a mesma, mas dessa vez já estavam melhor preparados.

Para a 22ª Assembleia Xukuru do Ororubá: *Decolonizando as Mentes, Aldeando o Planeta* em 2022, os debates se alinharam com aqueles que são atualmente desenvolvidos pela academia, e por diferentes encontros dos povos originários, não só do Brasil, mas da *Abya Yala*. Sincronizando-se, portanto, com o momento atual de admirar e se autorreferenciar.

Para esta última edição, a Ororubá filmes se encarregou de cobrir em tempo integral a

assembleia, marcando presença em todas as atividades que compunham a programação, o que demandava uma logística de divisão de trabalho para toda a equipe que, como já vimos, não é composta por um contingente muito grande. Pela primeira vez na história das assembleias, o povo da Serra do Ororubá decidiu transmitir ao vivo o evento que ocorria no território sagrado, na praça principal da cidade de Pesqueira, feito que determinava uma nova era para o povo indígena do agreste, pois até pouco tempo atrás, na década anterior, os rituais do povo Xukuru, para os moradores da cidade, eram carregados de estigmas e, quando professados fora das aldeias, hostilizados. Atualmente, com alegria, esse panorama se percebe diferente. Apresentamos abaixo a Figura 2.

Figura 2 – Povo Xukuru do Ororubá no bairro Xukurus ao término da caminhada, na celebração do manifesto



Fonte: Instagram da Ororubá (2022).

3.2 I mostra do *Cine Comunity*: Ororubá Filmes na Aldeia Fulni-ô

Durante a primeira mostra de cinema indígena feita pelo povo Fulni-ô¹⁶ dentro da sua própria aldeia, o veículo comunicacional do povo Xukuru fez presença para ministrar a oficina de *Celumetragem*, ou seja, oficina que visou a utilização do dispositivo móvel para a produção e

¹⁶ Os Fulni-ô atualmente habitam as terras sagradas situadas na zona fisiográfica do Sertão, a 273 quilômetros da capital do estado de Pernambuco, Recife, dentro das suas terras cresceu o município de Águas Belas, que está compreendido no chamado polígono das secas. A região de Águas Belas é cortada de norte a sul pelo rio Ipanema, que desemboca no São Francisco. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Fulni-%C3%B4>. Acesso em: 10 ago. 2023.

montagem de imagens com o fim de realizar um curta-metragem.

A comunicação comunitária indígena do povo Fulni-ô, intitulada coletivo Thul'sê, é formada por indígenas da etnia Fulni-ô há pouco mais de dois anos. É notório que este jovem coletivo seja profundamente influenciado pela atuação e trajetória da Ororubá Filmes, do povo Xukuru. A Ororubá Filmes torna-se então um exemplo de autorreferenciação para a comunicação de vários povos indígenas ao nível nacional, mas principalmente regional, em especial às mídias indígenas que estão no primeiro estágio de desenvolvimento. O fato é que a visibilidade obtida pelos Xukuru, principalmente na última década, demonstra a importância dos povos originários se apropriarem das tecnologias e dispositivos da comunicação. Além disso, é fundamental fomentar a politização e organização sociopolítica interna em prol das suas lutas, gerando discurso midiático perspectivado, isto é, contra hegemônico.

Do ensinamento da caminhada da Ororubá Filmes, um dos pontos mais importantes reside no coletivo ter entendido o valor e a responsabilidade de atuar como uma sementeira, no ato ou efeito de semear conhecimento audiovisual diante do seu povo e dos demais povos com que tem contato, porque ao atuar como agentes multiplicadores, aceleram o processo de defesa e resistência aos ataques que os povos originários vêm sofrendo.

Figura 3 – Momento prático da oficina de Celumetragem. Kleber Xukuru acompanha o grupo com a temática da medicina ancestral



Fonte: *Instagram* da Ororubá (2022).

3.3 Acampamento Terra Livre 2022: *Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política*

A maior assembleia dos povos indígenas no Brasil, o Acampamento Terra Livre (ATL), acontece desde 2004, em Brasília (DF), geralmente no mês de abril, o que gerou o surgimento do *Abril Indígena*. Em 2022, o evento se realizou entre os dias 4 e 14 de abril, sendo “instalado no espaço do Centro Ibero-americano de Culturas, antigo complexo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), localizado no Eixo Monumental” (Revista ATL, 2022, p. 38). A Ororubá Filmes esteve presente em peso junto com o povo, onde foi possível entender a dimensão referencial que o Cacique Marcos Araújo e os Xukuru do Ororubá têm para os povos indígenas do Brasil, bem como a responsabilidade comunicacional que a Ororubá Filmes carrega na produção de discursos. Essa avaliação pode ser comprovada na análise das passeatas e manifestações ocorridas no ATL, em que uma das lutas mais significativas foi contra o marco temporal, luta que ainda é fundamental.

No terceiro dia de acampamento, saiu da tenda principal a marcha *Basta de Violência*, dos povos indígenas das várias regiões que se encontravam no evento, além de artistas reconhecidos e representantes de instituições indigenistas. Todos rumo ao Congresso Nacional, lugar onde se entende que os projetos anti-indígenas tramitam. Encabeçando a marcha, avistava-se uma corrente humana com as lideranças do movimento, simbolizando a união dos diferentes setores com os povos indígenas e reforçando a importância de estarem presentes em Brasília. Uma das pessoas na corrente humana era o Cacique Marcos, visto e considerado dentro do movimento indígena como um representante a nível nacional.

Figura 4 – Da esquerda à direita: representante da Green Peace BR; Chico César; Sonia Guajajara; Cacique Marcos; Telma.



Fonte: *Instagram da Ororubá* (2022).

Em decorrência de sua relevância e do histórico de representatividade que o seu povo adquiriu na defesa dos direitos indígenas, a etnia foi a encarregada de levar, na marcha abordada aqui, vários letreiros de madeira com dimensões em torno de um metro quadrado, que continham duas ou até três letras cada, formando em conjunto a frase *Basta de Violência*. Essa logística do ato, misturada com a visibilidade e reconhecimento que alcançou o Cacique Marcos, além do reconhecimento ao povo da Serra do Ororubá, fez com que as coberturas da mídia hegemônica, assim como as comunitárias e as comunitárias indígenas, os colocassem em foco no dia.

Figura 5 – Ororubá Filmes na cobertura do ATL



Fonte: Instagram da Ororubá (2022).

4 Comunicação e decolonialidade: debates em busca de um conceito

A aproximação do debate decolonial e o campo da Comunicação não é nova e, neste artigo, seguimos uma abordagem prioritariamente latino-americana como ponto de partida. Para o sociólogo Aníbal Quijano (1992), o processo de colonização significou não apenas a imposição de um modelo econômico, como também político e social da cultura, nos países forjados a partir da experiência colonial, notadamente dos continentes da Ásia, África e América (Latina).

Quijano propõe uma distinção entre colonialismo e colonialidade, mesmo ambos possuindo uma relação visceral. A colonialidade se originaria, para Quijano, com a conquista e a colonização violenta dos povos e dos territórios que hoje chamamos de América. É um conceito que trabalha o *colonialismo* na América Latina centrado na América Latina. Assim, na acepção do autor:

a colonialidade do poder condiciona por inteiro a existência social dos agentes de todo o mundo, posto que a racialização delimita de modo decisivo a ubicação de cada pessoa e cada povo nas relações de poder globais. Mas é na América, na América Latina, sobretudo, que sua cristalização se faz mais evidente e traumática, posto que aqui a diferenciação racial entre “índios”, “negros”, “brancos”, e “mestiços” ocorre no interior de cada país. Encarnamos o paradoxo do ser “Estados-nação” modernos e independentes e, ao mesmo tempo, sociedades coloniais, onde toda reivindicação de democratização tem sido

violentamente resistida pelas elites brancas. (Quijano, 2020, p. 23-24, grifo no original, tradução nossa).

A colonialidade do poder, a que se refere Quijano (2020), se estruturaria em dois elementos importantes. O primeiro é o da dominação racial, o qual não se tem nenhum exemplo anterior, sendo, portanto, histórica e sociologicamente novas as hierarquias biológicas centradas na noção de raça. Trazem consigo uma dinâmica de inferiorização para com as pessoas que se encontraram neste território, isto é, as nações indígenas cujas identidades e conhecimentos foram expropriados, sometidos, escravizados, além de seus corpos dizimados.

O segundo elemento que estrutura a colonialidade do poder para Quijano (2020) é o padrão de exploração e conflito social que se aninhou no capitalismo e na escravidão. É por isso que o autor defende a não utilização dos mesmos termos, uma vez que não podemos trabalhar com suas mesmas epistemologias. Assim, Quijano (2020) propõe que, para sair desse estado de *colonização do imaginário dos dominados*, precisamos começar a construção de uma nova racionalidade, um novo modo de produzir sentido. Acreditar na possibilidade de construir um olhar diferente é basilar nos estudos decoloniais na América Latina. A proposta, portanto, é a de virada para uma nova dinâmica, sendo esta, “aprender a representar o mundo como o próprio, porque só quem representa o mundo como o próprio é quem pode transformá-lo” (Santos, 2019, p. 197).

No campo de estudos da comunicação, as áreas teóricas e práticas tem percorrido avanços por caminhos parecidos. Erick Torrico Villanueva, sociólogo e comunicólogo decolonial, explica o conceito de *comunicação centrada*, identificado como um esquema que se impôs como *paradigma dominante* e que segue sendo ensinado, aprendido, aplicado e reproduzido — tanto nas escolas de comunicação quanto na pesquisa:

a teorização, foi estruturada primeiramente com base nas condições, preocupações e necessidades da realidade social, econômica, política e tecnológica estadunidense, assim como do ocidente europeu, uma vez que os dois espaços geoculturais foram seu local de surgimento (Villanueva, 2019, p. 94).

Essa lógica de produção de conhecimento tem um caráter universalista, isso quer dizer que preza por manter a hierarquia colonial de pessoas e povos, validando unicamente os saberes produzidos nos países que tradicionalmente dominam o âmbito do conhecimento. A isto, o autor propõe *pensar a partir da margem*, quer dizer, trazer ao fazer comunicacional um

sentido “relacionado à criação de tecido social e à construção de comunidade e consenso” (Villanueva, 2019, p. 96). É neste momento em que se reivindica com mais amplitude a participação e a democratização dos meios de comunicação, preocupação pelo interesse público, vínculo com reivindicações de desenvolvimento, fortalecendo na prática, a comunicação comunitária, alternativa e popular, no campo acadêmico, a “comunicologia da libertação” (Villanueva, 2019, p. 98), que combina *o protesto com a proposta*¹⁷, colocando a necessidade latente de avaliar os fundamentos epistemológicos, “desestruturar a lógica do mecanismo histórico e epistemológico cujo núcleo é a subalternidade” (Villanueva, 2019, p. 100).

A colonialidade, nos termos de Quijano (2020), segue sustentada na atualidade das nações periféricas a partir do contínuo esforço das elites locais em conservar a propaganda do modelo neoliberal, bem como refrear a agitação dos movimentos populares. Se institui a artificial noção de uma visão de mundo que se compartilha entre as diferentes esferas sociais, sobre a ótica do desenvolvimento baseado em índices que atendem antes aos interesses da elite e vão na contramão dos interesses das grandes massas.

Em meio às crises sociais e climáticas que se observam na contemporaneidade, é impossível ignorar a voz dos povos originários, em especial da América Latina, e sua demanda pelo respeito à natureza e seus recursos. Esses povos observam o mundo de maneira singular, uma cosmovisão que não se homogeneiza entre as diversas etnias existentes, mas que compreende elementos em comum, que se preserva por um reconhecimento da história de luta, resistência e respeito à natureza como ente sagrado, a etnogênese.

A cosmovisão indígena se distingue por não nutrir, em seu íntimo, essas ideologias coloniais que têm seu cerne na Europa moderna. A cosmovisão compartilhada pelas diferentes nações indígenas é uma linguagem de solidariedade entre os povos e a natureza. Esse conjunto de elementos que são indissociáveis dessa cosmovisão, e que se manifestam nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana desses povos, é uma perspectiva que atravessa toda tomada de decisão em plano objetivo e subjetivo. É a expressão maior de seus modelos de *envolvimento* (Krenak, 2020), em intrínseca convergência com a natureza. Modelo sustentável.

Nesse sentido se constrói a comunicação perspectivada, a constatação de que essa mesma cosmovisão não se dissocia de seu modelo de produção audiovisual e das diversas

¹⁷ No original: *la protesta con la propuesta*.

manifestações desses elementos no seu fazer comunicativo. Todo o processo de tomada de decisões para produzir imagens e sons é atravessado por essa perspectiva. Padrões gestados a partir disso são considerados inviáveis, ou mesmo impensáveis, para o audiovisual praticado pelas mídias que adotam o padrão ocidentalizado de produção audiovisual.

As reflexões que deram espaço para falar em *comunicação perspectivada*, surgem no desenvolvimento do campo dessa etnografia desenvolvida em conjunto com a Ororubá Filmes. No detalhamento metodológico do estudo de campo, no texto, podemos encontrar a descrição do ritual, “onde tem-se o hábito, por respeito, nos inícios de qualquer atividade que plasme sua espiritualidade, seja ela escrita, sonora ou visual, pedir força e bons direcionamentos a Pai Tupã e Mãe Tamaín, protetora dos Xukuru, além dos encantados”¹⁸ (Quintero, 2023, p. 43).

A ideia de *comunicação perspectivada* que trazemos neste texto, se fundamenta e se gesta numa comunicação que trabalha em favor da decolonização da palavra e da imagem, ao fomentar produções midiáticas a partir de uma ou várias cosmovisões de mundo pertencentes a povos originários e dentro das suas particularidades, capazes de discutir a etnicidade da comunicação para a formulação coletiva dos discursos midiáticos.

Para lograr a execução da comunicação perspectivada, se pressupõe a incorporação, no seu exercício, do que Boaventura de Sousa Santos (2019) descreve como *conhecimentos artesanais próprios*, que é o uso dos conhecimentos ancestrais que servem aos objetivos de luta:

A confiança que é depositada nesses conhecimentos advém do seu potencial, real ou imaginado, para fortalecer a luta em causa. Esse potencial radical geralmente tem duas ideias. Por um lado, os conhecimentos de que falamos pertencem aos grupos em questão; fazem parte do seu respectivo passado-enquanto-presente. Através desses conhecimentos, os grupos em luta tornam-se sujeitos cognitivos e deixam de ser objetos dos saberes alheios que foram usados para justificar a sua sujeição e opressão. Da sujeição à subjetividade — é esse o caminho da esperança contra o medo que os seus próprios conhecimentos lhes permitem percorrer. Por outro lado, não raro esses conhecimentos são reinventados para se referirem a um tempo passado de vida digna, uma vida que pode agora ser recuperada sob novas condições; são, por isso, cruciais para reivindicação de dignidade. O conhecimento ancestral tem uma dimensão performativa; implica imaginar um passado que se afirma como o projeto. Um conhecimento que é nosso significa representar o mundo como nosso. Por outras palavras, a autoria do conhecimento é uma condição prévia para a autoria do mundo. (Santos, 2019, p. 197).

¹⁸ Espíritos sagrados que habitam na mata e cuidam do território sagrado. Toda pessoa que morre, encanta e volta ao território a brindar força aos irmãos.

Essas reflexões proporcionaram um elo com outras situações já presenciadas em momentos e localizações diferentes. Em observação participante do encontro denominado “Minga por la vida”, em 2017 (Quintero, 2023, p. 44), descreve como o povo indígena Arhuaco, assentado na Sierra Nevada de Santa Marta, ao norte colombiano, o material capturado, em toda produção, principalmente imagética, deve passar pelos *Mamos* ou conselheiros e conselheiras mais velhos da comunidade para sua avaliação, aprovação e ritual de selamento¹⁹ antes de poder dar saída e continuidade ao tratamento desse material — isso pela defesa de que pensamentos²⁰ podem ser levados junto às imagens. Um modo, portanto, específico de pensar o audiovisual e que atende a uma cosmovisão de mundo própria, que não fere princípios filosóficos, espirituais, culturais nem políticos da comunidade. Sendo uma produção específica do povo Arhuaco, nos moldes da etnocomunicação anteriormente explicados, estaríamos assim falando de uma *comunicação perspectivada*.

Para os Kumuã Ye’pamahsã, do Alto Rio Negro, na região do noroeste Amazônico, os peixes são considerados sujeitos ancestrais²¹, logo qualquer tipo de registro feito tem que ser tratado com a devida atenção e cuidado.

Ao redor dessa ideia que se gestou, até o momento, constatamos que o termo de *comunicação perspectivada* é aplicável a uma comunicação que se faz através de cada cosmovisão, pois isso a torna única na sua forma de pensar, produzir e exibir audiovisual, baseada em processos estruturais que possivelmente nunca se teriam cogitado se não fossem apresentados por esses povos, processos que causam estranhamento nas culturas não indígenas. A elaboração de uma epistemologia própria que atenda a história, os processos socioculturais, os interesses e as necessidades da região, de que fala Aníbal Quijano (2020), Erick Torrico e os autores dos pensamentos decoloniais, podemos encontrar, em parte, nesse novo modo de entender a comunicação como *perspectivada*; o exercício do emprego de conhecimentos ancestrais a serviço da luta de cada povo com suas respectivas demandas.

¹⁹ No ritual, os *Mamos* selam os pensamentos contidos no material audiovisual gravado por meio de pedido em cantigas feitas na língua própria, seguido de oração de benção aos encantados. Fonte: observação feita pela autora em Minga Indígena do Norte (Colômbia, 2010).

²⁰ Na cultura dos povos Arhuacos, os pensamentos têm uma grande relevância, da concepção deles deve emanar: o equilíbrio, a simetria e as leis de conservação como princípio básico da ordem no universo.

²¹ Recomenda-se ler o livro *Waimahsã: peixes e humanos*, de autoria de João Paulo Barreto Yepamahsã.

O que procuramos com a circulação desta ideia de *comunicação perspectivada* é provocar o pensamento do leitor ou *ouvidor* sobre o tema, para que possa ser amadurecida mediante o encontro de diferentes visões de mundo.

Referências

- ARAÚJO, Marli Gondim de. *Limolaygo Toype: território ancestral e agricultura indígena do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco*. (Tese de Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Pernambuco, Recife:2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/43455/1/TESE%20Marli%20Gondim%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2022.
- COSTA, Bryan Chrystian; SANTI, Junior Vilso. Comunicar para mobilizar: as práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima. *Anais. XXVIII Encontro Anual da Compós. Anais. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2016*.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MÁRQUEZ, M. C. Revalorización cultural e identitaria de mujeres afrodescendientes e indígenas en radios comunitárias. *Revista Latinoamericana de Comunicación*. Chasqui, n. 140, abr./ jul. 2019, pp. 163-178.
- MINGO, E. G. Imágenes y sonidos del Wall Mapu. El proyecto de descolonización del universo visual y sonoro del Pueblo Mapuche. *Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, [S.l.], n. 35, set./dez. 2016, p. 125-151.
- NEVES, Rita de Cássia Maria. *Dramas e performances: o processo de reelaboração étnica xukuru nos rituais, festas e conflitos*. (Tese de Doutorado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Comunitarismo e sociedade incivil. *Revista Famecos, Porto Alegre*, v. 26, n. 1, 2019, p.1-12. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33027/18548>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- PERUZZO, C. M. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *ECO-Pós*, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 46-61, maio/ago. 2009.
- PERUZZO, C. M. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, [S.l.], v. 11, n.1, p. 33-43, jan./abr., 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidade/racionalidade. *Perú Indíg*, v. 13, n 19, p.11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonización del poder*. Buenos Aires e Lima: CLACSO e UNMSM, 2020.
- QUINTERO, Dina Tatiana. *Comunicação comunitária indígena: a Ororubá Filmes como um processo decolonial*. 2023. (Dissertação de Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52116> . Acesso em: 17 jun. 2024.

REVISTA *Acampamento Terra Livre*. [S.l]: APIB, 2022. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2022/06/ATL2022_REVISTA_v3.2.pdf. Acesso em: 4 jun. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Edson Hely. Índios Xukuru: a história a partir das memórias. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 182-194, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.152.05/503>. Acesso em: 4 dez. 2022.

VILLANUEVA, Erick Torrico. Para uma comunicação ex-cêntrica. *MATRIZES*, São Paulo, p.89-107, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/159957>. Acesso em: 4.jun. 2024.

XICÃO Xucuru. Documentário. TV Viva. *Canal do Youtube*. Duração 20min15seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMCzb0eLY7g> . Acessado em: 20 abr. 2024.

20ª ASSEMBLEIA Xukurú do Ororubá – *Limolaygo Toype*: fica a Esperança, a luta não vai parar. *Canal do Youtube*. 1h5min12seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O4I4eXF6pEg>. Acesso em: 10 nov. 2024.

Dina Tatiana Quintero Quintero – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Doutoranda em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco da UFPE. Mestre em Comunicação pelo curso UFPE. Graduada em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal de Pernambuco (2017).

E-mail: dina.tatiana.quintero@gmail.com

Sofia Zanforlin – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Doutora em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação, Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Comunicação, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente na UFPE. Autora dos livros *Etnopaisajes en las Metrópolis Brasileñas - migración, comunicación y sentimiento de pertenencia* (2016) e *Rupturas Possíveis: representação e cotidiano na série televisiva Os Assumidos* (2005).

E-mail: sofia.zanforlin@ufpe.br